

Ulysses adia a votação da

Josemar Gonçalves

mnia

ANC

24/6/88, SEXTA-FEIRA • 7

anistia para quarta-feira

A votação da anistia da correção monetária dos microempresários e pequenos produtores rurais que se endividaram durante o Plano Cruzado foi adiada para a próxima quarta-feira. A decisão foi tomada ontem pelo deputado Ulysses Guimarães (PMDB-SP) acatando um apelo dos líderes partidários e com a concordância dos autores da emenda. O adiamento atendeu ao objetivo da liderança do Governo no Congresso de só votar a matéria no final das Disposições Transitórias e com isso ganhar tempo para uma solução negociada.

As negociações voltaram à estaca zero e ontem não andaram. Com mais tempo as lideranças vão poder analisar com mais calma a emenda original dos deputados Ziza Valadares (sem partido) e Humberto Souto (PFL-MG) e do senador Mansueto de Lavour (PMDB-PE). Os três acabaram concordando com o adiamento, temendo que a proposta não fosse aprovada ontem com um quórum médio de 400 parlamentares.

Por enquanto todos os partidos estão divididos a respeito do assunto, à exceção do PT, PCB e PC do B. Esses três partidos mantinham a posição até ontem de só apoiarem uma emenda que deixasse de lado o benefício da anistia para os médios produtores rurais e que o prazo de abrangência da medida fosse apenas de 28 de fevereiro a dezembro de 86. Muitos constituintes do PMDB e do PFL também estão divididos em relação a esses pontos e se aliam às esquerdas quanto a necessidade de ficar claro de que a União não poderá ressarcir os bancos, a exceção dos oficiais e de desenvolvimento.

Consulta

O deputado Carlos Sant'Anna (PMDB-BA), líder do Governo na Câmara, expôs ontem as condições para o Planalto aceitar um acordo em torno de uma fusão de emendas que são as seguintes: O prazo para o perdão da correção monetária teria que ser de 28 de

fevereiro até 22 de novembro ou 31 de dezembro de 1986; em 87 só seria perdoada a correção monetária dos empréstimos feitos para rolar a dívida de 86; a medida só poderá atingir os micro e pequenos empresários e seus estabelecimentos e as mini e pequenas propriedades rurais; a anistia não teria validade para os empréstimos que já foram quitados e por último a definição clara que a União não poderá repassar os custos dessa anistia para as instituições financeiras privadas, exceto para os bancos de desenvolvimento e oficiais.

Sant'Anna disse que se for feito um acordo nesses termos, que ele considera "razoável", levará a proposta para uma consulta com o ministro da Fazenda, Mallson da Nóbrega. Se houver uma resposta favorável a liderança bancará a proposta. O líder do Governo disse ainda que se os autores da emenda não quiserem apoiar esses termos será feita uma nova emenda de fusão para disputar com o dispositivo deles no plenário.